



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

Dayane Feitosa Ribeiro

ANÁLISE DA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL:

Um estudo de caso em uma empresa pública federal brasileira

Brasília

2014

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Tomás de Aquino Guimarães
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – noturno

Dayane Feitosa Ribeiro

ANÁLISE DA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL:

Um estudo de caso em uma empresa pública federal brasileira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Universidade de Brasília, como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e consequente obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Dra. Mariana Guerra

Brasília

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me iluminar e abençoar minha trajetória.

À minha mãe, meu grande exemplo de força e determinação, por estar sempre ao meu lado fazendo o possível e o impossível por mim.

À professora Mariana Guerra, por acreditar no meu potencial e ser tão dedicada em sua orientação.

Aos meus amigos, pelas palavras de incentivo e pelo apoio nos momentos cruciais desta etapa.

E a todas as pessoas que contribuíram para meu sucesso e crescimento como pessoa.

“O importante não é ver o que ninguém nunca viu, mas sim, pensar o que ninguém nunca pensou sobre algo que todo mundo vê”.

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

Este trabalho objetivou analisar as informações contábeis fornecidas por uma empresa pública federal, avaliando a aderência destas aos normativos pertinentes ao enquadramento da referida entidade. A pesquisa concentrou-se na análise dos processos de elaboração e divulgação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de Caixa. A empresa selecionada, a VALEC Engenharia Construções e Ferrovias S.A., que trata da exploração de infraestrutura e de construção no âmbito ferroviário, é de direito privado, totalmente dependente da União (ou seja, não obtém lucro decorrente de suas atividades operacionais) e vinculada ao Ministério dos Transportes. A justificativa para escolha da empresa é decorrente de sua particularidade de estar sob normativos que abarcam tanto a contabilidade pública quanto a privada, quais sejam: os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras, *International Financial Reporting Standards* (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas adotadas no Brasil, *Brazilian's Generally Accepted Accounting Principles* (BR GAAP), as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como as Leis 6.404/76 (com suas alterações) e 4.320/64. Os resultados mostraram que a empresa não atende adequadamente aos normativos e orientações expedidos pela contabilidade pública, segundo a Lei 4.320/64, divulgando demonstrações que atendem somente, mas parcialmente, à contabilidade privada e a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76 com suas alterações).

Palavras-chave: Informação contábil. Qualidade. Empresa Pública

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 Objetivo da contabilidade e os usuários da informação	9
2.2 Uma informação contábil útil e de qualidade	11
2.3 A Contabilidade Pública e o processo de convergência às normas internacionais	14
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	18
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
4.1 Análise do Balanço Patrimonial	20
4.2 Análise da Demonstração do Resultado do Exercício	24
4.3 Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
APÊNDICE A – Demonstrações Analisadas	

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade, por meio de suas técnicas, fornece uma série de informações que auxiliam as empresas no gerir de suas operações. Em se tratando de informações, a divulgação das Demonstrações Financeiras em uma base confiável, clara e relevante é indispensável para a tomada de decisões e para análise das estratégias, bem como para a prestação de contas dos recursos recebidos e investidos. Por meio da análise dessas Demonstrações é possível visualizar o desempenho de determinada entidade durante um período de tempo específico, obter informações acerca do patrimônio, operações e disponibilidades, bem como entender melhor o negócio e traçar perspectivas futuras.

A elaboração e divulgação das demonstrações são processos orientados por diferentes legislações, normativos, pronunciamentos e instruções que podem variar de acordo com o tipo de empresa e o enquadramento da mesma. Diante da importância da informação contábil e das legislações pertinentes, foi estruturado o seguinte problema de pesquisa: *as Demonstrações Financeiras divulgadas pelas empresas públicas brasileiras são relevantes e seguem as legislações pertinentes?*

Para tanto, foi selecionada para análise a empresa VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. A entidade em questão é uma empresa pública, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada pela União e vinculada ao Ministério dos Transportes, sujeitando-se ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e tributárias.

A escolha da empresa decorre do fato de a mesma estar sob a orientação de diferentes normativos e ser constituída sob um regime considerado peculiar, em que: a entidade, uma empresa estatal dependente, deve seguir por esse motivo a Lei 4.320/64 que dispõe sobre as normas de direito financeiro no tocante a elaboração e controle dos orçamentos da União, mas também é alcançada pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e suas alterações).

Perante o diferencial citado, este trabalho objetivou analisar as informações contábeis fornecidas por uma empresa pública federal, no caso a VALEC, avaliando a qualidade e a aderência destas aos normativos pertinentes ao enquadramento da referida entidade. Em outras palavras, o intuito deste estudo de caso é verificar se a legislação, pronunciamentos, instruções e orientações gerais são seguidas adequadamente pela empresa, se as diretrizes impostas estão sendo cumpridas e se a informação divulgada é de qualidade e compatível à necessidade dos mais diferentes usuários.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções incluindo esta introdução. Na Seção 2 apresenta-se o referencial teórico, compreendendo temas como: o objetivo da contabilidade, os usuários que demandam informações e as características essenciais destas, bem como o processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais, com foco na contabilidade pública. Em seguida, na seção 3, encontra-se a metodologia utilizada para a realização deste estudo. Na quarta parte, se dá a análise das demonstrações e discussão dos resultados encontrados. E, por fim, na quinta e última seção, encontram-se as considerações finais do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Objetivo da contabilidade e os usuários da informação

A Contabilidade é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio. Por meio de metodologia própria, tem por objetivo, segundo Iudícibus e Marion (1999, p.53), “(...) fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade”. Esse conceito assemelha-se bastante à Resolução n.º 774 de 16 de dezembro de 1994, item 1.4 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que diz que o objetivo da contabilidade é

“(...) prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios”.

Para Iudícibus (1997, p.20), o objetivo da contabilidade permaneceu inalterado ao longo dos anos, sendo as mudanças substanciais verificadas nos tipos de usuário (interno e externo) e nas formas de informação que têm sido demandada/divulgada. Assim, de forma geral, o cumprimento da missão da contábil tornou-se mais difícil de ser alcançado, já que cada usuário anseia um conjunto diferenciado e específico de informações a fim de atender suas necessidades. Segundo Dima (2013, p.200):

“O mercado de informações contábeis é atualmente a reunião da demanda e da oferta específica para este mercado. A demanda por informações contábeis é representada pela necessidade do usuário e pela pressão que esses exercem sobre o sistema contábil. A oferta da informação contábil representa toda a informação contabilística obtida no sistema de contabilidade, bem como os tipos e formas de divulgação de tais informações. Como resultado do papel cada vez mais importante que a informação contábil-financeira desempenha hoje como "bem social", a contabilidade tem consolidado o seu lugar central no sistema de informações de qualquer entidade, seja ela pública ou privada, trazendo claramente a sua contribuição em uma área de relações sociais, multilaterais e multidimensionais.” (Tradução livre).

Segundo Healy e Palepu (2001) há diversas teorias para explicar o nível de divulgação (*disclosure*) das entidades, sendo que essas podem ser separadas em algumas abordagens, quais sejam: (a) o papel do *disclosure* para o mercado de capitais; (b) a regulação relacionada ao *disclosure*; (c) o papel dos auditores e intermediários no processo de *disclosure*; (d) fatores relacionados às decisões de *disclosure*; e, (e) consequências das decisões de *disclosure*. Dentre essas, destaca-se a referente à regulação (ou normatização) pertinente à divulgação das informações. A depender do contexto e do tipo da entidade, exige-se, por força de normativos, a divulgação mínima de informações obrigatórias, consideradas em quantidade e qualidade suficientes para oferecer suporte e influenciar as decisões de investimentos dos diferentes usuários (GONÇALVES; OTT, 2002).

Geralmente, a demanda de informações contábeis oriundas dos usuários externos diverge bastante daquela gerada pelos usuários internos, seja em relação à natureza dos dados, seja no tocante ao nível de agregação, à precisão ou à frequência. Dessa forma, “o tratamento dos dados precisa ser diferenciado conforme o usuário, bem como precisam ser diferentes os diversos relatórios, em termos quer de sua forma, quer de seu conteúdo” (MARTINS, 1991, p.337). Dentre os usuários das informações contábeis, “incluem-se os investidores atuais e potenciais, empregados, credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, o Governo e suas agências, e o público” (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p.35).

Os investidores são provedores de capital de risco e se preocupam com o risco inerente ao investimento e o retorno que ele produz. Os empregados, por sua vez, estão interessados em informações acerca da estabilidade da empresa e da capacidade que a entidade tem de prover sua remuneração. Para os credores por empréstimos, as informações de interesse giram em torno da capacidade da empresa em pagar seus empréstimos e correspondentes juros no vencimento. Os fornecedores e outros credores comerciais necessitam de informações que lhes permitam avaliar se as importâncias que lhes são devidas serão pagas nos respectivos vencimentos. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p.35)

Diferentemente, clientes têm interesse sobre a continuidade operacional da entidade. Governo e suas agências preocupam-se com a destinação de recursos e, portanto, com as atividades da empresa, além de necessitar também de informações a fim de regulamentar as atividades das entidades e estabelecer políticas fiscais. Por fim, para o público, as Demonstrações Financeiras podem ajudar fornecendo informações sobre a evolução do desempenho da entidade e os desenvolvimentos recentes. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p.35)

2.2 Uma informação contábil útil e de qualidade

De forma geral, para que os relatórios e Demonstrações Financeiras possam ser considerados úteis aos usuários, as informações precisam possuir algumas qualidades e atributos que as destacam e oferecem amparo aos dados registrados, ou seja, as chamadas características qualitativas das Demonstrações Financeiras, descritas no Capítulo 3 do CPC 00: “As características qualitativas da informação contábil-financeira útil devem ser aplicadas à informação contábil-financeira fornecida pelas demonstrações contábeis, assim como a informação contábil-financeira fornecida por outros meios”.

As características em questão podem ser divididas em dois grupos ainda segundo o CPC em questão: as fundamentais e as de melhoria. O primeiro grupo subdivide-se em: (a) relevância, (b) materialidade, e (c) representação fidedigna. A informação contábil relevante é aquela que é capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Para Dima (2013, p.201), a informação relevante é aquela necessária para o usuário, no que se refere à sustentação das decisões econômicas. Ou seja, têm significância e capacidade de gerar uma diferença nas decisões do usuário.

No que diz respeito à materialidade, pelo CPC 00, a informação é material se sua omissão ou sua divulgação distorcida (*misstating*) puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira. É um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude dos itens para os quais a informação está relacionada no contexto do relatório contábil.

Para ser considerada útil, a informação não tem só que representar um fenômeno relevante e material, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa atender a três atributos: ser completa, neutra e livre de erro. A perfeição é rara, se de fato alcançável, entretanto o objetivo é maximizar os referidos atributos na extensão que seja possível.

Quanto às características qualitativas de melhoria tem-se: (a) comparabilidade, (b) consistência, (c) verificabilidade, (d) tempestividade, e (e) compreensibilidade. Comparabilidade é a característica que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Para que a informação seja comparável, coisas iguais devem parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes. Isac (2011,p.530) diz a respeito a comparabilidade:

“(…) significa atender a necessidade dos usuários de comparar as informações dos relatórios financeiros de uma empresa, ao longo do tempo, de modo a identificar as tendências da posição financeira e as suas performances. Os usuários também devem ser capazes de comparar os relatórios financeiros de várias empresas para ser capaz de estimar a posição financeira, o seu desempenho e as mudanças”. (Tradução livre).

A consistência, segundo o CPC 00, refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens. A verificabilidade por sua vez, significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. A tempestividade significa ter a informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas escolhas. E, por fim, a compreensibilidade refere-se a classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão pra torná-la entendível ao maior número de usuários.

Seguindo as características supracitadas, a empresa está apta a divulgar suas informações aos usuários pertinentes. Dentre essas informações, destacam-se as Demonstrações Financeiras que são de caráter obrigatório e são regulamentadas de acordo com órgãos normativos específicos. Segundo o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) (NPC 27):

“As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisão”.

O *International Accounting Standard* (IAS) 1 dispõe sobre as Demonstrações Financeiras que devem ser elaboradas e divulgadas pelas entidades e a base para a apresentação das mesmas, apontando que um conjunto de Demonstrações Financeiras deve incluir: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das mutações do patrimônio líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. De forma geral, o Balanço Patrimonial objetiva expressar os elementos financeiros e patrimoniais de uma empresa, através da apresentação ordenada das aplicações de recursos (denominados de

Ativos) e das origens desses recursos (o chamado Passivo, que é composto de Capitais de Terceiros e de Capitais Próprios).

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), por outro lado, evidencia o Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício, pormenorizando a composição da receita conquistada pela empresa, através da dedução de despesas, impostos, custos, margens de lucro e outros fatores. Especificamente, a DRE tem objetivo de informar claramente aos acionistas, de forma dedutiva, o lucro/prejuízo do exercício (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Por sua vez, a Demonstração dos Fluxos de Caixa também apresenta suma importância, sendo indispensável para uma sinalização dos rumos financeiros dos negócios. Por meio de sua elaboração, é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas. Para Assaf Neto e Silva (1997, p.35) “(...) o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo”.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, por sua vez, têm por finalidade apresentar as alterações que ocorreram em determinado exercício no patrimônio líquido da empresa, entre as principais alterações pode-se destacar, a destinação dos resultados do período, integralização do capital e o aumento ou a diminuição das reservas da empresa. As Notas Explicativas, por fim, devem ser divulgadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras, de modo a complementá-las e devem abranger, no mínimo, as seguintes informações (MARTINS *et al.*, 2010): informações sobre a base de preparação das Demonstrações Financeiras e das práticas contábeis aplicadas; informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das Demonstrações Financeiras; descrição dos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais e das práticas contábeis adotadas.

O Pronunciamento Técnico CPC 26 trata da apresentação das Demonstrações Financeiras e estabelece que:

“A entidade que apresentar as demonstrações contábeis em conformidade com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC deve declarar de forma explícita que atende plenamente às referidas normas. Caso não seja possível atender a todos os requisitos dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações ou a administração entenda que sua aplicação compromete o objetivo das demonstrações contábeis, a entidade deve divulgar: (a) que a administração concluiu que as demonstrações representam apropriadamente a posição patrimonial e financeira, o

desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade; (b) que aplicou os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações aplicáveis, exceto pela não aplicação de um requisito com a finalidade de obter representações adequadas; (c) o título do Pronunciamento, Orientação ou Interpretação não atendida; (d) as razões da não aplicação; (e) o tratamento que o Pronunciamento, Orientação ou Interpretação exigiria e o procedimento efetivamente adotado; e, (f) o impacto financeiro da não aplicação do Pronunciamento, Orientação ou Interpretação para cada período” (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 9).

À vista disso, entende-se que a empresa deve divulgar uma informação verídica, relevante e de qualidade, seguindo as legislações, normativos e pronunciamentos aos quais lhe são pertinentes. Caso não consiga atender a todos os requisitos, deve-se divulgar os motivos do não atendimento e evidenciar os impactos desses atos nas demonstrações apresentadas.

2.3 A Contabilidade Pública e o processo de convergência às normas internacionais

A contabilidade pública é um ramo da ciência contábil e tem o objetivo de captar, registrar e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades que compõem a Administração Direta e Indireta dos entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal). Concernente a isso, de acordo com o Art. 85 da Lei 4.320/64, Lei essa que norteia a contabilidade aplicada ao setor público:

“Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação do custo dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e interpretação dos resultados econômicos e financeiros.”

A contabilidade aplicada ao setor público diverge em vários pontos da contabilidade privada, como, por exemplo, as demonstrações exigidas. O Quadro 1 apresenta alguns desses pontos de forma sintética.

Como se observa no referido quadro, desde a legislação pertinente, até as demonstrações financeiras, diferenciam-se em alguns itens da contabilidade pública para a privada. Em destaque, a contabilidade pública registra atos administrativos, não compreendidos pelos registros na contabilidade privada. Nota-se ainda que a contabilidade pública tem uma preocupação com o orçamento, que não se faz presente na contabilidade

privada. Por esse motivo, as empresas públicas de direito privado, como é o caso da VALEC, que são alcançadas por ambos os segmentos, devem se atentar para os diferentes objetivos das informações, de seus usuários e, também, dos relatórios divulgados.

Quadro 1: Principais diferenças entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Privada.

Aspectos	Contabilidade Pública	Contabilidade Privada
Legislação	Lei n° 4.320/64.	Lei n° 6.404/76.
Princípios	Princípios Fundamentais da Contabilidade	Princípios Fundamentais da Contabilidade.
Registro	Atos e fatos Administrativos.	Fatos Administrativos.
Regime de Escrituração Contábil	Regime de competência, entretanto algumas entidades utilizavam na prática o regime misto	Regime de Competência para as receitas e despesas.
Resultado	Superávit ou déficit de gestão	Lucro ou prejuízo do exercício
Demonstrações Financeiras	Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial.	Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e, se companhia aberta, Demonstração do Valor Adicionado.

Fonte: Elaboração própria.

Apesar das diferenças, por ser uma ciência social, a contabilidade, tanto a aplicada ao setor público quanto a privada, é fortemente influenciada pelo ambiente em que atua. Dessa forma, as diferenças históricas, os hábitos culturais e as estruturas políticas, legais e econômicas de cada país acabam refletindo nas práticas contábeis em vigor (NIYAMA e SILVA, 2011, p.31). No meio acadêmico, a importância da divulgação de informações contábeis que auxiliam no processo decisório tem sido cada vez mais debatida, tanto no que se refere ao contexto empresarial, legal, quanto social (HOPE, 2003).

Nesse contexto, o processo de convergência às normas internacionais surgiu como “uma consequência irreversível da atual conjuntura econômica mundial, face a internacionalização dos mercados, e avanços das tecnologias de informações, dentre outros fatores que aproximam os usuários de informações contábeis” (MAPURUNGA, 2011, p.88). Em outras palavras, o processo de convergência surge de modo a envolver a adoção de normas padronizadas, a fim de que a informação divulgada não se altere (*i.e.*, seja padronizada) em decorrência das diferenças históricas, os hábitos culturais etc. Segundo Rusu (2012, p.814), o *International Accounting Standards Board* (IASB) vem desempenhando um papel fundamental por meio da emissão das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que são as normas internacionais de contabilidade:

"O papel mais significativo nesse processo de convergência internacional vem sendo desempenhado pelo International Accounting Standards Board (IASB),

cujo maior interesse é o desenvolvimento de normas contábeis a serem aplicadas globalmente para aumentar a comparabilidade internacional das informações financeiras. Muitos países pretendem adotar International Financial Reporting Standards (IFRS), ou fazer os seus regulamentos nacionais convergirem com essas". (Tradução livre).

Além do IASB, tem destaque o *International Federation of Accountants* (IFAC). Com a missão de servir ao interesse público, fortalecer a profissão contábil ao redor do mundo e contribuir para o desenvolvimento de economias fortes pelo estabelecimento e promoção da adesão as normas profissionais de alta qualidade, o IFAC foi criada em 1977. Mais tarde, tratando-se do setor público, tem-se a criação, no âmbito da IFAC, do *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB), um comitê independente que tem sob sua responsabilidade a elaboração de normas internacionais de alta qualidade denominadas de IPSAS, envolvendo sua aplicação como normas padronizadas no setor público e que convergem às IFRSs aplicadas ao setor privado (SANTANA, 2013).

No Brasil, o processo de convergência está sendo conduzido institucionalmente pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estabeleceu em 2008 as “Orientações Estratégicas para as Boas Práticas de Governança na Contabilidade Pública”, por meio de três diretrizes: promover o desenvolvimento conceitual da Contabilidade aplicada ao Setor Público no Brasil, estimular a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (IPSAS) e fortalecer institucionalmente a Contabilidade aplicada ao Setor Público (SANTANA, 2013).

Entre o conjunto de mudanças aplicáveis ao processo de convergência brasileiro, está a adesão integral do regime de competência, demonstrando que o objeto de controle deixa de ser orçamentário para tornar-se patrimonial. Segundo Bertulino (2012, p.224), esse enfoque patrimonial torna evidente a aproximação da contabilidade aplicada ao setor público da contabilidade privada, uma vez que o objeto das duas é o mesmo: o patrimônio.

Ainda dentre essas mudanças, destacam-se as IPSAS 1 e 2. A primeira trata da apresentação das Demonstrações Financeiras e tem seu objetivo definido como:

“O objetivo desta Norma é definir a maneira pela qual as demonstrações contábeis destinadas a atender propósitos gerais devem ser apresentadas, para assegurar a comparabilidade das demonstrações da entidade que estejam em estudo, tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade, quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Para alcançar este objetivo, esta Norma estabelece requisitos gerais para a apresentação de demonstrações contábeis

elaboradas sob o regime de competência, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo” (IFAC, 2010, p.37).

A segunda, por sua vez, trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa e tem como propósito garantir aos usuários o fornecimento de informações as quais constituem uma base para comprovação de conduta de responsabilidade na gestão do patrimônio público por meio da *accountability* e para tomada de decisões. (IFAC, 2010, p.99). Seu objetivo é expresso da seguinte forma:

“(...) garantir aos usuários o fornecimento de informação acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de uma demonstração de fluxo de caixa que classifique os fluxos de caixa do exercício financeiro de acordo com as atividades da entidade, a saber: operacionais, de investimento e de financiamento.” (IFAC, 2010, p.99).

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

A VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é uma empresa pública federal, concessionária de serviço público, vinculada ao Ministério dos Transportes e funciona sobre o regime de sociedade por ações. Tendo seu capital fechado, a empresa possui 8.090.009 (lote de 1.000) ações ordinárias, sem valor nominal, sendo a União detentora de 100% das ações. A função social da VALEC é a construção e exploração da infraestrutura ferroviária brasileira, assumindo como principal objetivo administrar, coordenar, executar e revisar as obras que lhe forem outorgadas, bem como, secundariamente, promover o desenvolvimento sustentável, reduzir as desigualdades sociais e gerar empregos e divisas ao país.

Tratando-se das práticas contábeis, a VALEC declara, por meio de Notas Explicativas, que suas Demonstrações Financeiras estão de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (“IFRSs”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas adotadas no Brasil, *Brazilian’s Generally Accepted Accounting Principles* (BR GAAP), assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Ressalta-se ainda que as Demonstrações Financeiras s originam-se de fatos contábeis vinculados ao Registro pelo Valor Original e os saldos são disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da empresa.

Por ser uma empresa pública dependente e integrar o SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) do Governo Federal, integralmente no que se refere ao orçamento, a VALEC é abrangida pela Lei 4.320/64, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Todavia, por ser uma sociedade anônima, também é alcançada pela “Lei das S.A.’s” (Lei 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e 11.941/09), utilizando-a nos aspectos societários e em relação à apresentação das Demonstrações Financeiras.

Para fins de análise, foram coletadas¹ diretamente do site da VALEC: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, bem como o Relatório da Administração e o Estatuto Social seguido pela empresa. As informações pertencem ao exercício social compreendido entre 1º de janeiro de

¹ Disponível em: <www.valec.gov.br>. Acesso em: 02 dez. 2013.

2012 até 31 de dezembro 2012 e apresentam-se sob um formato comparativo aos saldos do exercício findo em 2011. As Demonstrações Financeiras foram selecionadas de acordo com sua relevância e importância, levando em consideração as operações da empresa e os fluxos apresentados. Cabe ressaltar que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) não foi analisada, uma vez que a VALEC não tem fins lucrativos, e, portanto, não distribui dividendos. De forma geral, entendeu-se que a DMPL não apresentava alto grau de significância perante o objetivo do estudo.

A partir da coleta de dados, o trabalho objetivou analisar as informações contábeis fornecidas por uma empresa pública federal, no caso a VALEC, avaliando a qualidade e a aderência destas aos normativos pertinentes ao enquadramento da referida entidade. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta-se na forma de um estudo de caso descritivo com abordagem de pesquisa qualitativa. De acordo com Yin (2001), o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Além da coleta de dados por meio do site da VALEC, foi utilizada ainda observação participante e entrevistas informais, uma vez que a pesquisadora tinha acesso à rotina diária da empresa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial da VALEC é disponibilizado em dois arquivos distintos, um constando o ativo e o outro constando o passivo adicionado do patrimônio líquido da empresa. O Balanço Patrimonial, tanto no passivo quanto no ativo, é segregado em dois grandes grupos, “circulante” e “não circulante”, sendo este último subdividido em ativo em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. O Quadro 2 foi elaborado a partir das demonstrações originais da empresa e mostra a situação patrimonial do ano de 2012.

Quadro 2: Balanço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	53.135.691	PASSIVO CIRCULANTE	50.843.577
Disponível	48.930.755	Depósitos retidos s/ fornecedores	991.448
Conta vinculada	48.930.755	Fornecedores	40.060.561
Direitos Realizáveis	4.204.936	Provisão p/ férias c/ encargos	9.791.568
Adiantamento a empregados	4.065.925		
Depósitos e Cauções	139.011		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.272.838.044	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	129.565.002
Realizável a longo Prazo	27.946.755	Provisões de ações trabalhistas	129.425.991
Depósitos judiciais	27.665.447	Depósito e caução	139.011
Valores a receber (Assist. médica - GEIPOT)	281.308		
Investimentos	164.626.278	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.145.565.156
Participação societária	164.626.278	Capital social	6.303.299.447
Imobilizado	8.074.966.964	Capital integralizado	6.303.299.447
Custo corrigido	8.496.382.307	Reservas de capital	3.274.262.535
(Depreciações acumuladas)	(421.415.343)	Crédito para aumento de capital	3.274.262.535
Intangível	5.298.047	Prejuízos Acumulados	(1.431.996.826)
Direito de uso de comunicação	139.790	Do exercício	(333.446.975)
Software	2.619.746	Exercícios anteriores	(1.098.549.851)
(Amortizações)	(1.461.489)		
Adiantamentos p/ transferência de tecnologia	4.000.000		
TOTAL DO ATIVO	8.325.973.735	TOTAL DO PASSIVO	8.325.973.735

Fonte: Adaptado de VALEC (2012).

Esse formato atende aos diferentes normativos concernentes à contabilidade privada, quais sejam: Lei 6.404/76 juntamente com a 11.638/07, o CPC 26 que trata da apresentação das Demonstrações Financeiras e a IPSAS 1 que apresenta o novo padrão internacional de contabilidade pública.

No que diz respeito à Contabilidade Pública, por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) esse formato é totalmente adequado. Entretanto, para obedecer integralmente a Lei 4.320/64, o Balanço Patrimonial pode ser elaborado com um

apêndice de “Ativo Financeiro, o Ativo Permanente, o Passivo Financeiro e Passivo Permanente, além do Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação”.

Analisando individualmente a apresentação do ativo, encontram-se nas Notas Explicativas da VALEC, todas as contas que o compõem. Este ponto é bastante positivo, pois confere clareza, comparabilidade e verificabilidade à informação, contribuindo ainda para uma representação fidedigna. Iniciando pelo ativo circulante, a empresa demonstra a composição da conta vinculada, mostrando os saldos disponíveis em 31/12/2012 por vinculação de pagamento, seguindo as diretrizes da contabilidade pública e do sistema utilizado por ela (SIAFI). Adiante tem-se a composição dos direitos realizáveis, fechando o ativo circulante, e em seguida inicia-se a apresentação da composição do ativo não circulante.

Dentro do ativo não circulante, o CPC 27 trata especificamente do ativo imobilizado, estabelecendo uma série de informações que devem ser divulgadas nas Demonstrações Financeiras a fim de que essas sejam consideradas adequadas. São essas: (a) o critério de mensuração para determinar o valor contábil bruto; os métodos de depreciação utilizados; (b) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas; (c) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período; e (d) a conciliação do valor contábil demonstrando as aquisições, baixas e outras alterações.

A VALEC apresenta no Balanço Patrimonial, dentro do imobilizado, a conta de custo corrigido deduzida pela conta de depreciação acumulada. Em Notas Explicativas, evidencia todas as informações exigidas pelo CPC 27, estando totalmente de acordo com o exigido. A empresa demonstra, ainda, o desenrolar da conta no ano de 2011 e já traz o saldo final deste ano para o saldo inicial de 2012, exibindo os ajustes ocorridos na conta ao longo do exercício em análise. Logo abaixo a mesma faz referência aos métodos utilizados para mensuração e cálculo da depreciação, além de expor as baixas ocorridas bem como as reclassificações.

Ainda tratando-se de ativo não circulante, o CPC 04 define o tratamento contábil dos ativos intangíveis e traz como imprescindível à divulgação as seguintes informações: (a) se a vida útil do bem é indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados; (b) os métodos de amortização utilizados; (c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada; e (d) a conciliação do valor contábil no início e no final demonstrando as adições, aumentos e reduções e outras alterações.

Do mesmo modo que atendeu aos requisitos exigidos ao ativo imobilizado, a empresa evidencia todas as informações necessárias ao ativo intangível utilizando-se do

mesmo modelo. A nota explicativa número 9 item “b” faz uma evolução da conta de intangível no ano de 2011 e 2012 e demonstra os bens que sofrem amortização, especificando a taxa utilizada, além de evidenciar eventuais reclassificações e alterações gerais.

O passivo é apresentado no Balanço Patrimonial segregado em circulante, não circulante e patrimônio líquido, em que apenas a conta de compromissos a longo prazo, composta das subcontas de “provisão de ações trabalhistas” e “depósitos e caução” aparece em Notas Explicativas. Para constituir a conta de provisão de ações trabalhistas, a empresa deve se atentar às condições previstas no CPC 25 para reconhecimento de uma provisão: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Atendidos esses requisitos, a VALEC constituiu provisões de ações trabalhistas e ordinárias de forma correta e segregou-as por Estado de ocorrência da obrigação. O CPC em questão designa ainda os critérios de divulgação das provisões, exigindo que as seguintes informações sejam contempladas: (a) valor contábil no início e fim do período; (b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento nas provisões existentes; (c) valores utilizados (incorridos e baixados contra as provisões) durante o período; (d) valores não utilizados revertidos durante o período; (e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto; (f) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos; e (g) uma indicação das incertezas sobre o valor ou cronograma dessas saídas.

A empresa cumpre todas as exigências acima exceto os itens “f” e “g”, não divulgando um cronograma esperado de saídas e não indicando que este não foi apresentado devido a incertezas identificadas que impediram sua construção. Ainda fazendo referência a este CPC, o mesmo traz em seu apêndice “A” uma tabela que resume o tratamento, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, dizendo que quando há uma obrigação possível ou presente que pode requerer, mas provavelmente não requererá, uma saída de recursos, nenhuma provisão deve ser reconhecida, mas o passivo contingente deve ser divulgado. Seguindo essa instrução a VALEC divulga seu passivo contingente possível na nota explicativa número 12, letra “a”.

Finalizando o Balanço Patrimonial, a empresa apresenta seu patrimônio líquido e traz informações relevantes acerca de sua composição em Notas Explicativas. Conforme a Lei

6.404/76, o grupo de Patrimônio Líquido deve ser dividido em Capital Social, Reservas de capital, Ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. A VALEC segue essa composição e esclarece que seu capital social é 100% da União, composto de ações ordinárias sem valor nominal e que suas reservas de capital são também oriundas da União destinadas à construção de ferrovias específicas. No que diz respeito aos prejuízos acumulados, a empresa evidencia que esses decorrem basicamente de ações trabalhistas impetradas contra a VALEC, além de atualizações monetárias, depreciações e amortizações.

Assim, o Balanço Patrimonial é, de modo geral, adequado à Lei das S.A.'s e aos pronunciamentos que regulam as contas especificamente. Mas, em se tratando do caráter público da empresa, a referida demonstração, assim como as outras demais analisadas no presente trabalho (*cf.* Seções 4.2 e 4.3), deixa a desejar quanto a não divulgação de informações consideradas relevantes para uma empresa estatal.

Como complemento à divulgação do Balanço Patrimonial, e por afirmar em suas Notas Explicativas que segue a Lei 4.320/64 na forma total em relação ao orçamento (SIAFI) e a Lei 6.404/76 e suas alterações nos aspectos societários, a VALEC apresenta uma espécie de comparativo (Quadro 3) entre ambas.

A Estrutura do Balanço da Lei 6.404/76 e a estrutura apresentada pela nova contabilidade pública por meio do MCASP são bastante semelhantes, dividindo o Ativo e o Passivo em Circulante e Não Circulante. Dessa forma a estrutura apresentada atende tanto a Contabilidade Pública quanto a Privada.

Quadro 3: Quadro comparativo entre as Leis 4.320/64 e 6.404/76

ATIVO	SIAFI - Lei nº 4.320/64	Lei das S/A nº 6.404/76	DIFERENÇA
ATIVO CIRCULANTE	<u>53.135.691</u>	<u>53.135.691</u>	0
Conta Vinculada	48.930.755	48.930.755	0
Adiantamentos Concedidos	4.065.925	4.065.925	0
Depósitos de Cauções	139.011	139.011	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>8.272.838.044</u>	<u>8.272.838.044</u>	0
Depósitos Judiciais	27.665.447	27.665.447	0
Valores a Receber	281.308	281.308	0
Investimento	164.626.278	164.626.278	0
Imobilizado	8.074.966.964	8.074.966.964	0
Intangível	5.298.047	5.298.047	0
TOTAL DO ATIVO	<u>8.325.973.735</u>	<u>8.325.973.735</u>	0
PASSIVO	SIAFI - Lei nº 4.320/64	Lei das S/A nº 6.404/76	DIFERENÇA
PASSIVO CIRCULANTE	<u>50.843.577</u>	<u>50.843.577</u>	0
Depósitos retidos s/ fornecedores	991.448	991.448	0
Fornecedores	40.060.561	40.060.561	0
Provisão para Férias e Encargos	9.791.568	9.791.568	0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<u>129.565.002</u>	<u>129.565.002</u>	0
Provisão Ações Trabalhistas/ Ordinárias	129.425.991	129.425.991	0
Depósito de Cauções	139.011	139.011	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>8.145.565.156</u>	<u>8.145.565.156</u>	0
Capital Social	6.303.299.447	6.303.299.447	0
Reserva de Capital	3.274.262.535	3.274.262.535	0
Resultado do Exercício	(333.446.975)	(333.446.975)	0
Resultados Acumulados	(1.098.549.851)	(1.098.549.851)	0

Fonte: VALEC (2012).

4.2 Análise da Demonstração do Resultado do Exercício

Iniciando a análise pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do período de 2012, é possível notar algumas inconsistências quanto à divulgação das informações. Segundo a empresa, a DRE segue os padrões da Lei 6.404/76 e suas alterações, bem como os CPC's pertinentes, no caso o CPC 26 que trata da apresentação das Demonstrações Financeiras:

“O objetivo deste Pronunciamento Técnico é definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.” (Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011): CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.)

E o CPC 30 que trata especificamente das receitas:

“A receita é definida no Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro como aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos que resultam em aumentos do patrimônio líquido da entidade e que não sejam provenientes de aporte de recursos dos proprietários da entidade. As receitas englobam tanto as receitas propriamente ditas como os ganhos.” (Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2012): CPC 30 – Receitas.)

De forma geral, a Demonstração dos Resultados (DRE) apresentada pela empresa é confusa, conforme pode-se notar no Quadro 4. Inicialmente, a VALEC não divulga nem na referida demonstração nem em Notas Explicativas o nível de arredondamento utilizado para apresentação dos saldos (que se encontram fechados, sem casas decimais), sendo este um critério exigido pelo CPC 26.

Não obstante, a DRE é estruturada de forma a elencar todas as receitas (operacionais, de serviços e financeiras) de uma só vez, totalizando os saldos de cada receita e o total de receitas, e em seguida deduz as despesas operacionais (que não estão com sinal negativo), para, por fim, chegar ao resultado antes dos efeitos inflacionários e ao resultado líquido do período. Essa estrutura utilizada pela VALEC omite rubricas que são consideradas “o mínimo apresentável” pelo CPC 26, quais sejam: o resultado bruto e o resultado antes das receitas e despesas financeiras. A empresa apresenta também saldos antes e depois dos efeitos inflacionários, elencando como único efeito as variações monetárias passivas.

Quadro 4 – Demonstração dos Resultados dos Exercícios

	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS OPERACIONAIS	136.193.209	133.548.544
Arrendamento	2.094.152	3.769.695
(-) Deduções de Receita	(34.892)	(137.594)
Repasse de Custeio/Pessoal	134.133.949	129.916.443
RECEITAS DE SERVIÇO	1.814.435	0
Taxa de Inscrição - Concurso Público	1.814.307	0
Outras Receitas de Serviços	127	0
RECEITAS FINANCEIRAS	3.841.218	4.008.797
Rendimentos de Depósito Ação de Cumprimento	3.841.218	4.008.727
Outras Receitas	0	70
TOTAL DAS RECEITAS	141.848.861	137.557.341
DESPESAS OPERACIONAIS	204.338.880	156.460.544
Gerais e Administrativas	175.584.278	129.100.906
Remuneração dos Administradores	871.298	775.659
Depreciação e Amortização	27.883.304	26.583.979
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(62.490.019)	(18.903.203)
EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(270.956.956)	(361.395.862)
Variações Monetárias Passivas	(270.956.956)	(361.395.862)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(333.446.975)	(380.299.065)
Prejuízo por lote de 1000 ações (em reais)	-41,22	-47,01

Fonte: VALEC (2012).

Essas variações, especificamente, não são devidamente aclaradas em Notas Explicativas, aparecendo apenas algumas considerações. Na Nota Explicativa número 2 letra “e”, a empresa ressalta que: “as receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados”.

Esse critério adotado pela empresa atende às normas da contabilidade pública e da contabilidade privada (Lei das S.A.’s). Além do mais, considerando a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, ressalta-se a mudança para adoção do regime de competência integral pelos entes alcançados pela contabilidade pública, o que favoreceria a VALEC - visto que a empresa já adota o regime integral.

Na Nota Explicativa número 12 letra “c”, a empresa elucida que “Os prejuízos acumulados são decorrentes, basicamente dos efeitos inflacionários da atualização monetária das reservas de capital, constituições de provisões e atualizações monetárias dos processos de ações trabalhistas e ordinárias impetradas contra a VALEC e também a depreciação dos bens patrimoniais e amortização dos bens intangíveis.” O saldo de variações monetárias passivas

aparece na DRE, mas sua composição não é clara, o que torna a informação contábil menos compreensiva e confiável.

Outro fator que deixa a desejar são os efeitos fiscais, que não são evidentes. A empresa é tributada pelo Lucro Real. Entretanto, a mesma opera com prejuízo contábil, o que significa que a VALEC não paga Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), todavia, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são apurados sobre o faturamento e essa apuração não é evidenciada. A empresa nem sequer apresenta uma conta relativa à despesa com impostos.

A VALEC é uma empresa pública e, conforme mencionado, totalmente dependente do Governo. Por isso, é no mínimo relevante demonstrar como foram aplicadas as receitas orçamentárias e extra-orçamentárias recebidas no período. Na DRE em análise, a empresa divulga apenas as receitas oriundas de arrendamentos, de serviços e financeiras, mas e as receitas orçamentárias? Como os usuários da informação terão acesso ao que foi previsto e ao que foi realmente executado pela empresa sendo que as demonstrações utilizadas são adequadas apenas à contabilidade privada? Qual foi o resultado do período levando em consideração os valores recebidos pela União?

A contabilidade pública por meio da Lei 4.320/64 elenca como obrigatórios o Balanço Orçamentário e a Demonstração das Variações Patrimoniais que têm por objetivo justamente suprir essa necessidade de informação. O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar o que foi aprovado na Lei Orçamentária Anual para a determinada empresa, bem como mostrar as atualizações dessa previsão e a realização das receitas e despesas, a fim de demonstrar a execução orçamentária e promover um resultado baseado no orçamento. Essa informação se faz relevante, visto que a VALEC é uma empresa pública, que recebe recursos da União, e deve, segundo a legislação, mostrar como tem gerido os recursos em prol da sociedade e como tem cumprido os fins aos quais se propôs.

Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais, esta funciona como “uma DRE da contabilidade pública”, mostrando as receitas deduzidas das despesas. Engloba, além disso, os ingressos de receitas governamentais, mostrando-se, portanto, mais adequada ao perfil da empresa em questão. Em sua Nota explicativa número 12, letras “c” e “d”, a VALEC exibe por meio de um formato próprio, que não se encontra na legislação que a mesma afirma seguir, a composição do orçamento (investimento, custeio e pessoal) e o que foi feito com este, bem como o que foi inscrito em restos a pagar. Diante desse formato apresentado fica claro que a empresa tem interesse em “prestar contas” orçamentárias, como a contabilidade

pública exige dos usuários do SIAFI. Contudo, a empresa não apresenta demonstrações no formato público mas, por ser uma estatal totalmente dependente e por receber recursos para o custeio de pessoal, seria interessante aos usuários a apresentação dessas demonstrações.

Sendo assim, a informação apresentada pela empresa é adequada à Lei 6.404/76 e suas alterações. Ademais, a VALEC deixa de cumprir alguns requisitos exigidos pelos CPC's. Especificamente, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBCT) 1 que trata das características da informação contábil, a DRE não é veraz e equitativa, pois não apresenta informações suficientes para atender os mais diferentes tipos de usuários, considerando que o interesse desses nem sempre são coincidentes.

Quanto à confiabilidade, por não demonstrar a composição de saldos relevantes, como é o caso das variações monetárias passivas, em que o saldo é apresentado sem uma informação financeira e matemática adequada, a DRE não é totalmente confiável. Quanto à comparabilidade, compreensibilidade e tempestividade, a DRE apresenta-se de modo satisfatório, apesar de não ser considerada como padrão de excelência, visto que há pontos a melhorar.

4.3 Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A VALEC apresenta sua Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pelo método indireto (Quadro 5). Este método é permitido pelo CPC 03, NBCT 3.8, NBCT 16.6 e inclusive a *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) 2* (nova contabilidade aplicada ao setor público), sendo que todos esses normativos tratam da apresentação desta demonstração em específico. Neste método, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é obtido pelo ajuste do lucro ou prejuízo líquido pelas transações que não envolvem caixa, enquanto o fluxo dos investimentos e financiamentos é apresentado pelo método direto, ou seja, ingressos menos dispêndios. Esse formato de apresentação é permitido tanto na contabilidade privada quanto na contabilidade pública. Entretanto, tratando-se da convergência aos padrões internacionais, por meio da IPSAS 2, as entidades são incentivadas a apresentarem a DFC pelo método direto:

“As entidades são incentivadas a apresentar fluxos de caixa de atividades operacionais usando o método direto. Este método proporciona informações que podem ser úteis na estimativa de fluxos de caixa futuros que não são disponíveis no método indireto.” (IFAC, 2010, p.106)

Quadro 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2012	31/12/2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(333.446.975)	(380.299.065)
Depreciação e Amortização	27.883.304	26.581.279
Depreciação Bem Baixado	(2.407.528)	(15.949)
Imóveis Recebidos em Doação	(27.284)	0
Intangível Recebido em Doação	(1.263)	0
Resultado na Baixa de Ativos Imobilizado	3.968.462	25.504
Atualização Monetária	270.956.956	361.395.862
Aumento de Contas a Receber a Curto Prazo	(1.840.920)	(1.561.154)
Aumento de Contas a Receber a Longo Prazo	(4.153.742)	(4.739.706)
Redução (Aumento) Despesas Antecipadas	32.285	(17.836)
Redução (Aumento) de Fornecedores	(7.751.000)	45.657.559
Aumento de Contas a Pagar e Provisões	25.699.842	(196.890)
Ajuste de Créditos Recebidos da União	(134.133.949)	(129.916.443)
= Disponib. líquidas geradas (aplicadas) nas atividades operacionais	(155.221.812)	(83.086.839)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Investimentos	0	(164.600.000)
Compras de imobilizado	(1.022.096.838)	(1.519.267.367)
Aquisição de Intangível	(301.957)	(4.900.059)
= Disponib.líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de investimentos	(1.022.398.795)	(1.688.767.426)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Créditos Recebidos da União	1.171.320.547	1.809.487.659
= Disponib. líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	1.171.320.547	1.809.487.659
Aumento (redução) das disponibilidades	(6.300.060)	37.633.393
Disponibilidades no início do exercício	55.230.815	17.597.422
Disponibilidades no final do exercício	48.930.755	55.230.815

Fonte: VALEC, 2012.

A empresa em análise se configura como uma empresa pública de direito privado e por esse motivo apresentar a DFC no formato direto se faz uma alternativa bastante interessante, visto que é um método que aproximaria a demonstração da empresa aos dois ramos a qual ela se insere. Ou seja, atenderia à contabilidade privada e se aproximaria do formato público padronizado internacionalmente.

Um ponto negativo a respeito do formato em que se encontra a DFC é que a nomenclatura de contas utilizadas na demonstração em questão e no Balanço Patrimonial – que será analisado na próxima seção divergem. Por exemplo, na DFC consta “Aumento de contas a receber a curto prazo”, enquanto no Balanço Patrimonial essa conta equivale a “direitos realizáveis”, sendo esta última composta de duas subcontas, quais sejam, “adiantamentos a empregados” e “depósitos e cauções”, classificadas no ativo circulante. Entretanto, esse fato não chega a ser um problema, pois, conforme o CPC 00, os relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios

e atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente. Sendo assim, pode-se alegar o pressuposto de dedução de equivalência das contas supracitadas.

Por outro lado, a conta “ajuste de créditos recebidos da União” constante na DFC dentro das atividades operacionais não é devidamente esclarecida, deixando dúvidas a respeito de seu próprio significado e composição. Este fato compromete a clareza, compreensão e a representação fidedigna da demonstração. Vale ressaltar, além disso, que a omissão ou *‘misstating’* de informações relevantes também comprometem a materialidade da informação, como é esclarecido pelo CPC 00.

Apesar desses pontos descritos, de uma forma geral, a DFC da VALEC atende aos requisitos instituídos pelos normativos já citados. Isso porque, nesta demonstração segregam-se os fluxos de caixa por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, totalizando os resultados líquidos e evidenciando em Notas Explicativas, como exigido em todos os normativos (CPC, NBCT e IPSAS), a composição de contas relevantes para a melhor compreensão da demonstração. Essas contas, especificamente, são: imobilizado e intangível, e caixa e equivalentes de caixa que, neste caso, por ser uma empresa pública, é representado pelo detalhamento da conta vinculada ao Tesouro Nacional, abrangendo os valores disponíveis por vinculação de pagamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição de uma política (padrão) de divulgação de informações é fundamental para que a Contabilidade atenda seus objetivos de gerar informações para todos os seus usuários, não restringindo apenas a publicação das demonstrações contábeis obrigatórias, mas também a outros aspectos relativos à entidade que possam influenciar na tomada de decisão (LOPES; MARTINS, 2007). Consequentemente, faz-se necessário o estabelecimento de critérios (padrões) de divulgação a fim de garantir a disponibilização de um conjunto mínimo de informações que atendam aos interesses dos diversos grupos de usuários.

O presente estudo objetivou analisar as informações contábeis fornecidas por uma empresa pública federal, no caso a VALEC, avaliando a aderência destas aos normativos pertinentes ao enquadramento da referida entidade. Para atender as questões de pesquisa, as Demonstrações Financeiras foram analisadas levando em consideração os normativos descritos pela própria empresa como norteadores para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, quais sejam: os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (“IFRSs”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Leis 6.404/76 (e suas alterações) e 4.320/64 no tocante ao SIAFI.

Verifica-se que, por ser uma empresa pública federal, 100% (cem por cento) dependente da União, utilizar o SIAFI e gerir recursos públicos, a VALEC poderia divulgar não somente as demonstrações segundo a Lei das S.A.’s, mas, também, preocupar-se com o seu caráter público e com a importância de publicar informações relevantes, as quais estão sendo atualmente omitidas.

Nesse sentido, conclui-se que a empresa não cumpre integralmente as disposições de alguns CPC’s. No tocante ao Balanço Patrimonial, a VALEC não divulga um cronograma esperado de saídas para as provisões e não indica o motivo para a não apresentação do referido cronograma, o que fere o disposto no CPC 25. Na Demonstração dos Resultados, o nível de arredondamento não é divulgado e a empresa omite rubricas importantes, como o resultado bruto e o resultado antes e depois das receitas e despesas financeiras. Este fato desrespeita as orientações do CPC 26. E por fim, na Demonstração dos Fluxos de Caixa a

materialidade elencada pelo CPC 00 é comprometida pelo não esclarecimento da conta de “ajustes de créditos recebidos pela União”, omitindo informações relevantes.

Sendo assim, a empresa, que afirmou seguir as disposições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, deveria declarar, conforme apontado por Iudícibus et al. (2010, p. 9), que não foi possível atender de forma integral à todos os CPC's e divulgar o motivo desse não atendimento, bem como o impacto financeiro causado em suas Demonstrações Financeiras. Deixar de realizar esse procedimento pode ser considerado como um ato que prejudica significativamente a veracidade da informação.

No que diz respeito à Lei 4.320/64, a empresa não apresenta as demonstrações elencadas na referida Lei mesmo caracterizando-se como uma estatal dependente. A conclusão a que se chega é que a VALEC é uma empresa pública de direito privado se comportando apenas como uma empresa privada no tocante à elaboração e divulgação de suas Demonstrações Financeiras.

No que se refere a essa situação, sugere-se uma maior consistência à divulgação. Em outras palavras, sugere-se que a empresa realize paralelamente duas contabilidades, uma aplicada ao setor público e outra voltada à contabilidade privada. Além disso, divulgue separadamente demonstrações adequadas a cada uma, visto que a VALEC é uma empresa peculiar no que se refere à orientação dos normativos referentes à divulgação contábil. Dessa forma, acredita-se que a empresa atenderia a uma quantidade maior de usuários além de agir de forma coerente no que diz respeito aos métodos e informações de seu enquadramento como empresa pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração de capital de giro. São Paulo: Atlas, 1997.

BERTULINO, Marta M.; PETER, Maria da G.A.; MENESES, Anelise F.de; MACHADO, Marcus V.V. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: implicações na contabilidade municipal. Revista Controle. Ceará, v. X n.1 p. 217-241, jan. / jun., 2012.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm> Acesso em 06 jan 2014.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm> Acesso em 06 jan 2014.

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/11638.htm> Acesso em 06 jan 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução n. 112, de 2008. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 1 Das características da informação contábil. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_785.doc>. Acesso em 30 dez 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução n. 1133, de 2008. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.6 Demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001133> Acesso em 30 dez 2013.

BRASIL. Conselho Federal de contabilidade. Resolução n. 1125, de 2008. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001125> Acesso em 30 dez 2013.

CFC, Resolução CFC nº 774 de 16 de Dezembro de 1994. Aprova o Apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em:

<http://www.crc.org.br/legislacao/princ_fundamentais/pdf/princ_fundamentais_rescfc774.pdf>
> Acesso em: 29 dez 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2011): CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2010): CPC 04 – Ativo Intangível.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009): CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2011): CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009): CPC 27 – Ativo Imobilizado.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2012): CPC 30 – Receitas.

IFRS. (2011): IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. Disponível em:
<<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/Port2011/IAS1.pdf>>
Acesso em 03 jan 2014.

DIMA, Florin-Constantin. *The users of accounting information and their needs. Annals. Economic Science Series. "TIBISCUS" University of Timisoara*, v. XIX/2013 p. 200-204. Disponível em:
<http://www.fse.tibiscus.ro/anale/Lucrari2013/Lucrari_vol_XIX_2013_032.pdf> Acesso em 20 jan 2014.

GONÇALVES, O.; OTT, E. A evidenciação nas companhias brasileiras de capital aberto. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD (ENANPAD), 26, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: Pestana Bahia Hotel, 2002.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, n. 31, pp. 405-440, 2001.

HOPE, O.-K. *Firm-level disclosures and the relative roles of culture and legal origin. Journal of International Financial Management and Accounting*, n. 14, pp. 218-248, 2003.

IBRACON (2005): NPC 27 – Demonstrações Contábeis: apresentação e divulgações. Disponível em:
<<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?Tipo=D&File=/deli/deli488.htm>>. Acesso em 05 jan 2014.

IFAC, *International Federation of Accountants*. Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público. IPSAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Edição 2010.

IFAC, *International Federation of Accountants*. Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público. IPSAS 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Edição 2010.

ISAC, Maria; LIMBAU, Maria Claudia; COTLET, Bogdan; COTLET, Dumitru. *The informational potential of financial accounting and its users. Annals. Economic Science Series. "TIBISCUS" University of Timisoara*, v. XVII/2011, p. 528-532. Disponível em: <<http://www.fse.tibiscus.ro/anale/Lucrari2011/080.pdf>> Acesso em: 20 jan 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. MARION, José C. Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. Manual de Contabilidade Societária. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2007.

MAPURUNGA, Patrícia V. R.; MENESES, Anelise F. de; PETER, Maria da G. A. O Processo de Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade: Uma Realidade nos Setores Privado e Público Brasileiros. *Revista Controle*. Ceará, v. IX n. 1 p.87-107, jan./jun., 2011.

MARTINS, Eliseu. De Luca Pacioli à volta à contabilidade gerencial. *Informações Objetivas – Temática contábil* n° 34, p. 335 – 342, 1991.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Teoria da Contabilidade. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RUSU, Alina. *IFRS adoption around the world – a brief literature review. Annals. Economic Science Series. "TIBISCUS" University of Timisoara*, v. XVIII/2012, p. 814-821. Disponível em: <http://www.fse.tibiscus.ro/anale/Lucrari2012/kssue2012_133.pdf> Acesso em: 20 jan 2014.

SANTANA, Aline L.R.R. Análise Crítica do Processo de Convergência aos Padrões Internacionais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília, 2013. Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE) – Universidade de Brasília (UnB) para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

VALEC. Demonstrações financeiras Valec 2012. Disponível em:
<<http://www.valec.gov.br/ConhecaDemonstracoesFinanceiras.php>> Acesso em 02 dez 2013.

YIN, Roberto K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

"VALEC: Desenvolvimento Sustentável do Brasil"

VALEC

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
BALANÇOS PATRIMONIAIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em R\$ 1

A T I V O

	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE	53.135.691	57.627.116
Disponível	48.930.755	55.230.815
Conta Vinculada	48.930.755	55.230.815
Direitos Realizáveis	4.204.936	2.364.016
Adiantamentos a Empregados	4.065.925	2.225.516
Depósitos de Cauções	139.011	138.500
Despesas Antecipadas	0	32.285
Assinaturas de Periódicos	0	32.285
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.272.838.044	7.275.701.199
Realizável a Longo Prazo	27.946.755	23.793.013
Depósitos Judiciais	27.665.447	23.519.164
Valores a Receber (Assist. Médica- Geipot)	281.308	273.849
Investimentos	164.626.278	164.626.278
Participação Societária	164.626.278	164.626.278
Imobilizado	8.074.966.964	7.081.849.866
Custo Corrigido	8.496.382.307	7.478.215.592
(Depreciações Acumuladas)	(421.415.343)	(396.365.726)
Intangível	5.298.047	5.432.042
Direito de uso de Comunicação	139.790	145.494
Software	2.619.746	2.321.878
(Amortizações)	(1.461.489)	(1.035.330)
Adiantamentos p/ Transferencia de Tecnologia	4.000.000	4.000.000
TOTAL DO ATIVO	8.325.973.735	7.333.328.315

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
BALANÇOS PATRIMONIAIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ 1

P A S S I V O

	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE	50.843.577	57.105.047
Depósitos Retidos s/ Fornecedores	991.448	0
Fornecedores	40.060.561	47.811.562
Provisão p/ férias c/encargos	9.791.568	9.157.641
Impostos à Recolher	0	135.844
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	129.565.002	33.070.332
Provisões de Ações Trabalhistas	129.425.991	32.931.832
Depósito e Caução	139.011	138.500
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.145.565.156	7.243.152.936
Capital Social	6.303.299.447	6.303.299.447
Capital Integralizado	6.303.299.447	6.303.299.447
Reservas de Capital	3.274.262.535	2.038.403.340
Crédito para Aumento de Capital	3.274.262.535	2.038.403.340
Prejuízos Acumulados	(1.431.996.826)	(1.098.549.851)
Do Exercício	(333.446.975)	(380.299.066)
Exercícios Anteriores	(1.098.549.851)	(718.250.785)
TOTAL DO PASSIVO	8.325.973.735	7.333.328.315

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
MÉTODO INDIRETO
 Em R\$ 1

	31/12/2012	31/12/2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(333.446.975)	(380.299.065)
Depreciação e Amortização	27.883.304	26.581.279
Depreciação Bem Baixado	(2.407.528)	(15.949)
Imóveis Recebidos em Doação	(27.284)	0
Intangível Recebido em Doação	(1.263)	0
Resultado na Baixa de Ativos Imobilizado	3.968.462	25.504
Atualização Monetária	270.956.956	361.395.862
Aumento de Contas a Receber a Curto Prazo	(1.840.920)	(1.561.154)
Aumento de Contas a Receber a Longo Prazo	(4.153.742)	(4.739.706)
Redução (Aumento) Despesas Antecipadas	32.285	(17.836)
Redução (Aumento) de Fornecedores	(7.751.000)	45.657.559
Aumento de Contas a Pagar e Provisões	25.699.842	(196.890)
Ajuste de Créditos Recebidos da União	(134.133.949)	(129.916.443)
= Disponib. líquidas geradas (aplicadas) nas atividades operacionais	(155.221.812)	(83.086.839)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Investimentos	0	(164.600.000)
Compras de imobilizado	(1.022.096.838)	(1.519.267.367)
Aquisição de Intangível	(301.957)	(4.900.059)
= Disponib. líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de investimentos	(1.022.398.795)	(1.688.767.426)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Créditos Recebidos da União	1.171.320.547	1.809.487.659
= Disponib. líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	1.171.320.547	1.809.487.659
Aumento (redução) das disponibilidades	(6.300.060)	37.633.393
Disponibilidades no início do exercício	55.230.815	17.597.422
Disponibilidades no final do exercício	48.930.755	55.230.815

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

"VALEC: Desenvolvimento Sustentável do Brasil"

VALEC

**VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
Em R\$ 1**

	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS OPERACIONAIS	136.193.209	133.548.544
Arrendamento	2.094.152	3.769.695
(-) Deduções de Receita	(34.892)	(137.594)
Repasse de Custeio/Pessoal	134.133.949	129.916.443
RECEITAS DE SERVIÇO	1.814.435	0
Taxa de Inscrição - Concurso Público	1.814.307	0
Outras Receitas de Serviços	127	0
RECEITAS FINANCEIRAS	3.841.218	4.008.797
Rendimentos de Depósito Ação de Cumprimento	3.841.218	4.008.727
Outras Receitas	0	70
TOTAL DAS RECEITAS	141.848.861	137.557.341
DESPESAS OPERACIONAIS	204.338.880	156.460.544
Gerais e Administrativas	175.584.278	129.100.906
Remuneração dos Administradores	871.298	775.659
Depreciação e Amortização	27.883.304	26.583.979
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(62.490.019)	(18.903.203)
EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(270.956.956)	(361.395.862)
Variações Monetárias Passivas	(270.956.956)	(361.395.862)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(333.446.975)	(380.299.065)
Prejuízo por lote de 1000 ações (em reais)	-41,22	-47,01

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

- Em R\$ 1 –

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública federal, concessionária de serviço público, vinculada ao Ministério dos Transportes, é uma sociedade por ações, de capital fechado, com 8.090.009 (lote de 1.000) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a União detentora de 100% das ações.

A função social da VALEC é a construção e exploração de infraestrutura ferroviária e tem por objeto:

- I. Administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária, nas ferrovias a ela outorgadas;
- II. Coordenar, executar, controlar, revisar e administrar obras de infraestrutura ferroviária, que lhe foram outorgadas;
- III. Desenvolver estudos e projetos de obras de infraestrutura ferroviária;
- IV. Construir, operar e explorar estradas de ferro, sistemas acessórios de armazenagem, transferência e manuseio de produtos e bens a serem transportados e, ainda, instalações e sistemas de interligação de estradas de ferro com outras modalidades de transportes;
- V. Promover o desenvolvimento dos sistemas de transportes de cargas sobre trilhos, objetivando seu aprimoramento e absorção de novas tecnologias;
- VI. Celebrar contratos e convênios com órgãos nacionais da administração direta ou indireta, empresas privadas e com órgãos internacionais para a prestação de serviços técnicos especializados;
- VII. Coordenar os serviços técnicos executados por outras empresas de engenharia, consultoria, obras e executar serviços ou obras de engenharia em geral, necessária à realização do seu objeto; e
- VIII. Participar minoritariamente do capital de empresas que tenham por objetivo construir a EF232, de que trata o inciso IX, do artigo 9º da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

Paralelamente ao objeto social, a VALEC realiza a função estratégica de promover o desenvolvimento sustentável, reduzir as desigualdades sociais, gerar empregos e divisas ao país.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (“IFRSs”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);
- b) As demonstrações contábeis originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;
- c) As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão comparativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011;
- d) A VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404/76 em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;

- e) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;
- f) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;
- g) O ativo imobilizado possui parcelas de valores adquiridos antes de 31/12/1995 que, em relação ao custo original dos bens, adicionavam-se as correções monetárias a fim de ajustá-los em conformidade com os efeitos inflacionários ocorridos. No entanto, essas atualizações foram revogadas pelo art.4º, parágrafo único da Lei 9.249/95 e após essa data as demais aquisições passaram a ser reconhecidas pelo custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme nota explicativa nº 9a. O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software, conforme nota explicativa 9b, é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação e devem ser mantidas neste grupo até a sua efetiva baixa;
- h) As provisões de contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base na opinião da Assessoria Jurídica, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Assessoria Jurídica estão divulgadas na nota explicativa nº 10b com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

NOTA 3 - QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS LEIS Nº 4.320/64 E Nº 6.404/76

ATIVO	SIAFI - Lei nº 4.320/64	Lei das S/A nº 6.404/76	DIFERENÇA
ATIVO CIRCULANTE	<u>53.135.691</u>	<u>53.135.691</u>	0
Conta Vinculada	48.930.755	48.930.755	0
Adiantamentos Concedidos	4.065.925	4.065.925	0
Depósitos de Cauções	139.011	139.011	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>8.272.838.044</u>	<u>8.272.838.044</u>	0
Depósitos Judiciais	27.665.447	27.665.447	0
Valores a Receber	281.308	281.308	0
Investimento	164.626.278	164.626.278	0
Imobilizado	8.074.966.964	8.074.966.964	0
Intangível	5.298.047	5.298.047	0
TOTAL DO ATIVO	<u>8.325.973.735</u>	<u>8.325.973.735</u>	0

PASSIVO	SIAFI - Lei nº 4.320/64	Lei das S/A nº 6.404/76	DIFERENÇA
PASSIVO CIRCULANTE	<u>50.843.577</u>	<u>50.843.577</u>	0
Depósitos retidos s/ fornecedores	991.448	991.448	0
Fornecedores	40.060.561	40.060.561	0
Provisão para Férias e Encargos	9.791.568	9.791.568	0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<u>129.565.002</u>	<u>129.565.002</u>	0
Provisão Ações Trabalhistas/ Ordinárias	129.425.991	129.425.991	0
Depósito de Cauções	139.011	139.011	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>8.145.565.156</u>	<u>8.145.565.156</u>	0
Capital Social	6.303.299.447	6.303.299.447	0
Reserva de Capital	3.274.262.535	3.274.262.535	0
Resultado do Exercício	(333.446.975)	(333.446.975)	0
Resultados Acumulados	(1.098.549.851)	(1.098.549.851)	0
TOTAL DO PASSIVO	<u>8.325.973.735</u>	<u>8.325.973.735</u>	0

NOTA 4 – CONTA VINCULADA - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Nessa conta é registrado o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender as despesas com vinculações de pagamentos divididas nas seguintes categorias:

Categoria de Gasto com Pessoal e Encargos Sociais – (A) Vinculações: 130, 307, 308, 310.

Categoria de Gasto com Custeio/Investimento – (C) Vinculações: 400, 415, 500, 510, 551.

Categoria de Gasto com Investimentos (Obras) – (D) Vinculações: – 400, 415, 500.

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento apresenta o seguinte saldo em 31/12/2012:

VINCULAÇÃO	DESCRIÇÃO DA VINCULAÇÃO	31/12/2012
130	Pessoal-sentenças judiciais	107.814,11
307	Outros pag. pessoal - órgãos integrados	556.504,81
308	Contribuição previdência fechada	37.908,96
310	Pagamento pessoal	357.592,12
400	Custeio/invest. c/exig. de empenho	2.266.707,24
415	Custeio/invest. projeto piloto.	40.066.060,81
500	Custeio e investimento	4.516.129,42
510	Custeio pgto pessoal/auxílios	1.021.941,57
551	Restituição de receita administrada	96,00
	SALDO EM 31/12/2012	48.930.755,04

NOTA 5 – ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Adiantamentos Concedidos	4.065.925	2.225.516
Adiantamentos a Empregados	865.925	1.025.516
Repasse de Convênio	3.200.000	1.200.000

O saldo de R\$ 865.925 no adiantamento a empregados em 31/12/2012, refere-se ao adiantamento do 13º salário no valor de R\$ 524.495,64 e ao adiantamento de 1/3 de férias dos empregados no valor de R\$ 341.429,59.

O saldo de R\$ 3.200.000,00, na rubrica de Repasse de Convênio, está relacionado aos repasses nos meses de outubro/2011 (R\$ 1.200.000) e Março/2012 (R\$ 2.000.000), para a Prefeitura de Anápolis/GO, referente ao Convênio 003/2010-748054, cujo objeto é a Implantação do Parque Ambiental, no Córrego das Antas, localizado naquele município. A vigência é de 17/12/2010 a 31/08/2013, tendo como data limite para prestação de contas 30/09/2013.

NOTA 6 – DEPÓSITOS DE CAUÇÕES

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Depósitos de Cauções	139.011	138.500
Saldo do exercício anterior	138.500	88.459
Ingressos	0	49.674
Baixas	0	0
Atualização Monetária	511	368

As composições citadas decorrem das garantias caucionadas propostas, em licitação, do contratante ao contratado, conforme cláusula contratual. Financeiramente, esses valores encontram-se disponibilizados em conta específica sob a custódia da Caixa Econômica Federal – CEF e ao final de cada mês, esses depósitos são atualizados monetariamente.

NOTA 7 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Depósitos Judiciais e para Recursos	27.665.447	23.519.164
Saldo do exercício anterior	23.519.164	18.762.880
Ingressos	523.059	747.557
Atualização Monetária	3.856.552	4.008.727
Baixas de Depósitos	(217.993)	0
Baixas de Atualizações Monetárias	(15.335)	0

O montante citado acima compreende o desembolso de antecipação de depósitos judiciais provenientes das ações trabalhistas e cíveis impetradas pelas partes autoras contra a VALEC e as extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT. Mensalmente, os Depósitos Judiciais são atualizados monetariamente pela taxa JAM-FGTS (ações trabalhistas) ou pela taxa Selic (ações Cíveis).

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Valores a Receber	281.308	273.849
Saldo do exercício anterior	273.849	290.427
Ingressos	223.119	120.855
Baixas	(215.661)	(137.434)

O saldo de R\$ 281.308 abrange gastos com despesas médica dos empregados da extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT transferidos para a VALEC, o desconto desses valores são efetuados, mensalmente, na Folha de Pagamento dos colaboradores.

NOTA 8 – INVESTIMENTO

INVESTIMENTOS	PARTICIPAÇÃO POR TIPO DE AÇÕES (%)	PARTICIPAÇÃO CAPITAL DA INVESTIDA (%)	SALDO EM 31/12/2012	SALDO EM 31/12/2011
Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A	0,0028	0,0028	26.278	26.278
Transnordestina Logística S/A	35,29	10,20	164.600.000	164.600.000
TOTAL			<u>164.626.278</u>	<u>164.626.278</u>

O Saldo da conta de Investimento se refere à compra de 257.187.500 ações preferenciais da empresa Transnordestina Logística S/A, realizada no mês de Maio de 2011. Esta companhia também participa societariamente do capital social da Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A – FERROESTE com 1.875 lotes de 1.000 ações ordinárias. Esses investimentos são avaliados pelo método de custo em função dessas participações não apresentarem influências significativas, conforme cita o artigo 244 combinado com o artigo 248, parágrafo único da Lei nº 6.404/76 e alterações, além dessas participações serem inferiores a 20% do Capital Social das investidas.

NOTA 9 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

a.1) Imobilizado 2011 – R\$ 7.081.849.866

IMOBILIZADO BENS MÓVEIS	SALDO EM 31/12/2010	AQUISIÇÕES 2011	BAIXAS 2011	TRANSF. 2011	SALDO EM 31/12/2011	TAXA DEPREC. (%)
Máquinas, Ferramentas e Utensílios	899.434	265.450	(15.708)	5.541	1.154.717	10
Mobiliário em Geral	1.453.327	2.751.505	(1.528)	0	4.203.304	10
Equipamentos	1.724.122	1.331.731	(8.268)	0	3.047.585	10 e 20
Veículos	18.942	0	0	0	18.942	20
CMT Lei nº 8.200/91	45.264	0	0	0	45.264	-
Total Bens Móveis	4.141.089	4.348.686	(25.504)	5.541	8.469.812	
IMOBILIZADO BENS IMÓVEIS	SALDO EM 31/12/2010	AQUISIÇÕES 2011	BAIXAS 2011	TRANSF. 2011	SALDO EM 31/12/2011	TAXA DEPREC. (%)
Terrenos	101.139.256	74.602.944	0	0	175.742.200	-
Instalações Permanentes	614.122.717	0	0	0	614.122.717	4
Alojamentos Provisórios	4.303.830	4.024.547	0	0	8.328.377	10
Estudos e Projetos	43.649	0	0	0	43.649	-
Obras em Andamento	5.234.939.220	1.436.291.191	0	(5.541)	6.671.224.870	-
CMT Lei 8.200/91	283.968	0	0	0	283.968	-
Total Bens Imóveis	5.954.832.639	1.514.918.682	0	(5.541)	7.469.745.780	
Depreciações Acumuladas	(370.150.761)	(26.233.614)	18.649	0	(396.365.726)	-
Total do Imobilizado	5.588.822.967	1.493.033.754	6.855	0	7.081.849.866	

a.2) Imobilizado 2012 – R\$ 8.074.966.964

IMOBILIZADO BENS MÓVEIS	SALDO EM 31/12/2011	AQUISIÇÕES 2012	BAIXAS 2012	TRANSF. 2012	SALDO EM 31/12/2012	TAXA DEPREC. (%)
Utensílios de Oficina	7.602	0	0	0	7.602	10
Mobiliário em Geral	4.203.304	584.906	(37.125)	(185.979)	4.565.105	10
Equipamentos	3.047.585	862.888	(168.700)	367.337	4.109.110	10 e 20
Veículos	18.942	0	(18.942)	0	0	20
Utensílios de Escritório	1.146.846	3.735	(26.548)	147.708	1.271.741	10
Máquinas Diversas	269	0	(19)	0	250	10
CMT Lei nº 8.200/91	45.264	0	0	0	45.264	-
Total Bens Móveis	8.469.812	1.451.529	(251.334)	329.066	9.999.071	
IMOBILIZADO BENS IMÓVEIS	SALDO EM 31/12/2011	AQUISIÇÕES 2012	BAIXAS 2012	TRANSF. 2012	SALDO EM 31/12/2012	TAXA DEPREC. (%)
Terrenos	175.742.200	88.644.430	0	170.653	264.557.283	-
Instalações Permanentes	614.122.717	0	0	0	614.122.717	4
Salas e Escritórios	8.326.894	0	0	(910.622)	7.416.272	10
Imóveis em Poder de Terceiros	1.483	0	0	0	1.483	-
Estudos e Projetos	43.649	14.523.281	0	(43.649)	14.523.281	-
Obras em Andamento	6.671.224.870	917.504.882	(3.693.409)	441.889	7.585.478.232	-
CMT Lei 8.200/91	283.968	0	0	0	283.968	-
Total Bens Imóveis	7.469.745.781	1.020.672.593	(3.693.409)	(341.729)	8.486.383.236	
Depreciações Acumuladas	(396.365.726)	(27.439.130)	2.389.513	0	(421.415.343)	
Total do Imobilizado	7.081.849.867	994.684.992	(1.555.230)	(12.663)	8.074.966.964	

Os bens corpóreos possuem parcelas de valores adquiridos antes de 31/12/1995 que, em relação ao custo original dos bens, adicionavam-se as correções monetárias a fim de ajustá-los em conformidade com os efeitos inflacionários ocorridos. No entanto, essas atualizações foram revogadas pelo art.4º, parágrafo único da Lei 9.249/95 e após essa data as demais aquisições passaram a ser reconhecidas pelo registro original do bem. Em função do desgaste e da obsolescência desses bens, ao longo do tempo, exigem-se o reconhecimento da despesa em virtude da depreciação calculada por meio do método linear, em função de taxas estabelecidas e do tempo de vida útil, fixadas por espécies de bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso. Eventual perda resultante da baixa do ativo (representada pelo valor residual do ativo) é incluída no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ocorrem as seguintes baixas de ativos imobilizados:

Doações (veículos)	18.942
Inservibilidade	3.925.801

As transferências nas contas do ativo imobilizado representam reclassificações contábeis devido a erros de classificações e tombamentos efetuados a partir da conta “obras em andamento”.

b) Intangível

b.1) Intangível 2011 – R\$ 5.432.042

INTANGÍVEL	SALDO EM 31/12/2010	AQUISIÇÕES 2011	BAIXAS 2011	SALDO EM 31/12/2011	TAXA AMORTIZ. (%)
Direito de uso de Comunicação	145.494	0	0	145.494	20
Software	1.421.819	4.900.059	0	6.321.878	20
(-) Amortizações Acumuladas	(684.965)	(350.365)	0	(1.035.330)	
Total do Intangível	882.348	4.549.694	0	5.432.042	

b.2) Intangível 2012 – R\$ 5.298.047

INTANGÍVEL	SALDO EM 31/12/2011	AQUISIÇÕES 2012	BAIXAS 2012	TRANSF. 2012	SALDO EM 31/12/2012	TAXA AMORTIZ. (%)
Direito de uso de Comunicação	145.494	0	(5.704)	0	139.790	20
Software	2.321.878	171.263	(18.015)	12.663	2.487.789	20
Direito de uso de Software	0	131.957	0	0	131.957	100
Adiantamento de Software	4.000.000	0	0	0	4.000.000	-
(-) Amortizações Acumuladas	(1.035.330)	(426.159)	0	0	(1.461.489)	
Total do Intangível	5.432.042	(122.939)	(23.719)	12.663	5.298.047	

Os Direitos de uso de Comunicações e os de Softwares são amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 05 anos.

O Direito de Uso de Software foi adquirido em 04/09/2012 e o seu valor será totalmente amortizado no período de 12 meses, conforme o contrato.

A conta de Adiantamento de Software não sofre amortização por estar em fase de desenvolvimento.

No exercício de 2012 houve transferência de R\$12.663,12 da conta "Equipamentos e Processamentos de dados", para a conta "Software" (intangível) devido à reclassificação contábil.

NOTA 10 - COMPROMISSOS A LONGO PRAZO

a) Provisão de Ações Trabalhistas e Ordinárias – R\$ 129.425.991

A companhia possui passivos contingentes representados por ações trabalhistas e ordinárias impetrados contra VALEC e as extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT. Após a conciliação, em 31 de outubro de 2012, com base nos pareceres da Assessoria Jurídica, foram realizados acertos na conta Provisão de Ações Trabalhista e Ordinárias, alterando o valor principal de R\$ 18.360.706,39 para R\$ 58.990.021,05 e a atualização monetária correspondente de R\$ 16.318.995,86 para R\$ 69.390.471,33, totalizando um passivo contingencial de R\$ 128.380.492,38 em 31/10/2012.

Em dezembro 2012, foram arquivados os processos nº 000847-46.2010.5.10.0002 e 0001237-07.2010.5.10.0005 cujos valores perfazem o total de R\$ 131.499,43. Assim, os valores dos processos judiciais impetrados contra a VALEC e as extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT classificados como obrigações presentes e com "prováveis" saídas futuras de recursos financeiros apresentaram os seguintes saldos em 31/12/2012:

a.1) Ações Ordinárias – R\$ 21.339.570

Estado	Principal	Atualização Monetária	Saldo 31/12/2012
Bahia	4.041.988	394.199	4.436.187
Distrito Federal	14.925.322	1.657.737	16.583.059
Goiás	158.777	29.742	188.518
Rio de Janeiro	120.000	11.806	131.806
TOTAL	19.246.087	2.093.484	21.339.570

a.2) Ações Trabalhistas – R\$ 108.086.421

Estado	Principal	Atualização Monetária	Saldo 31/12/2012
Bahia	21.800	2.055	23.855
Distrito Federal	3.919.936	5.042.479	8.962.414
Rio de Janeiro	23.079.228	22.761.123	45.840.351
São Paulo	12.622.452	40.637.349	53.259.801
TOTAL	39.643.416	68.443.005	108.086.421

Em atendimento ao Princípio da Prudência, os montantes referentes às ações trabalhistas compõem-se de valores das causas peticionadas no processo e da atualização monetária com base na Tabela Única de Atualização e Conversões de Débitos Trabalhistas, expedidas pelo Conselho do Poder Judiciário da Justiça do Trabalho, bem como de juros de 1% ao mês. E para as ações ordinárias, a atualização monetária é baseada na Tabela de Correção Monetária da Justiça Federal e juros simples de 0,5% ao mês.

b) Depósito de Garantias Contratuais – R\$ 139.011

A natureza do saldo desta rubrica decorre de garantias contratuais caucionadas. Financeiramente, esses valores encontram-se disponibilizados em conta específica sob a custódia da Caixa Econômica Federal – CEF conforme referenciada, anteriormente, em NOTA 5, os quais são mensalmente atualizados.

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ 8.145.565.156**a) Capital Social - R\$ 6.303.299.447**

O Capital Social integralizado compõem-se de ações ordinárias de 8.090.009 (lote de 1000 ações), sem valor nominal e, a União é detentora de 100% (cem por cento) dessas ações.

b) Reservas de Capital - R\$ 3.274.262.535

As Reservas de Capital são compostas de recursos, oriundos do Orçamento Geral da União, no exercício de 2011 e 2012, na categoria Investimento, e sua utilização destinou-se à construção das Ferrovias Norte-Sul EF-151, Extensão Sul, Ferrovia Integração Oeste-Leste EF-334 (FIOL), Ferrovia EF-354 (FICO - Ferrovia Integração Centro-Oeste) e na aquisição da participação Acionária da Transnordestina Logística S/A. Conforme determina o Decreto nº 2.673 de 16/07/1998, sobre esses valores incidiram a atualização monetária pela taxa SELIC até 31/12/2012.

c) Prejuízos Acumulados - R\$ 1.431.996.826

Esses prejuízos decorrem basicamente dos efeitos inflacionários da atualização monetária das Reservas de Capital, da constituição de provisões e atualizações monetárias dos processos de ações trabalhistas e ações ordinárias impetradas contra a VALEC, a extinta RFFSA e o GEIPOT e, também, da Depreciação dos Bens Patrimoniais e Amortização dos Bens Intangíveis.

NOTA 12 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações complementares são informações que não são apresentadas nas demonstrações contábeis, mas que são consideradas relevantes para divulgação.

a) Passivo Contingente – Possível

Conforme Item nº86 do CPC 25 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*; “a entidade deve, divulgar para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente...”. Assim, os processos judiciais impetrados contra a VALEC, a extinta RFFSA e o GEIPOT classificados pela Assessoria Jurídica como obrigações “possíveis”, não foram contabilizados, apenas divulgados em Nota Explicativa.

Os processos judiciais classificados como “possíveis” riscos de perda, apresentaram os seguintes saldos em 31/12/2012:

a.1) Ações Ordinárias

Estado	Principal
Distrito Federal	201.432.197
Rio de Janeiro	115.200
Tocantins	44.222.220
TOTAL	245.769.617

a.2) Ações Trabalhistas

Estado	Principal
Bahia	59.500
Distrito Federal	26.029
Goiás	2.022.935
Rio de Janeiro	6.867.167
São Paulo	18.419.802
Tocantins	990.803
TOTAL	28.386.236

b) Remuneração de Diretores, Empregados e Comissionados

As remunerações pagas aos Diretores, com base no Decreto Lei nº 2.355, de 27 de agosto de 1987, aos empregados e aos Comissionados, no mês de dezembro de 2012, foram de:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Diretores	17.839	17.839	17.839
Empregados	18.525	1.841	10.183
Comissionados	9.477	3.159	6.318

c) Recursos Recebidos para Pagamento de Investimento, Pessoal e Custeio.

Os recursos recebidos da União (Cotas Financeiras Recebidas e Cotas Financeiras de Restos a Pagar Recebidas) para pagamentos de investimentos, despesas com pessoal e custeio estão descritos abaixo:

<u>Empresa</u>	<u>Investimento</u>	<u>Pessoal</u>	<u>Custeio</u>	<u>Pago em 2012</u>
VALEC	1.037.186.598	48.029.364	29.132.372	1.114.348.335
Extinta RFFSA	0	43.995.816	1.473.918	45.469.733
Extinto GEIPOT	0	10.151.804	1.350.256	11.502.060
Total Geral	<u>1.037.186.598</u>	<u>102.176.984</u>	<u>31.956.546</u>	<u>1.171.320.129</u>

d) Aplicação dos Recursos na Construção de Ferrovias

No ano de 2012, por meio da Dotação Orçamentária de 2012 representada na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, foram aplicados os seguintes recursos nas construções das ferrovias:

<u>Ferrovias</u>	<u>Natureza</u>	<u>Dotação 2012</u>	<u>Empenhado</u>	<u>Liquidado</u>	<u>Pago</u>
Norte - Sul e Extensão	Construção	1.603.779.566	988.610.277	437.920.117	437.554.870
Integração Oeste - Leste	Construção	951.917.198	478.190.778	28.663.854	28.607.046
Integração Centro - Oeste	Construção	68.533.333	0	0	0
Estudos e Projetos	Construção	68.646.682	32.570.700	9.775.111	9.775.111
Total Geral		<u>2.692.876.779</u>	<u>1.499.371.754</u>	<u>476.359.082</u>	<u>475.937.027</u>

Os recursos aplicados no ano de 2012, por meio de Dotação Orçamentária de Restos a Pagar (RP), foram distribuídos da seguinte forma:

<u>Ferrovias</u>	<u>Natureza</u>	<u>Dotação RP</u>	<u>Liquidado</u>	<u>Pago</u>
Norte - Sul e Extensão	Construção	551.037.107	317.970.688	317.687.523
Integração Oeste - Leste	Construção	899.920.536	214.228.725	213.854.682
Integração Centro - Oeste	Construção	10.846.805	3.747.158	3.747.158
Estudos e Projetos	Construção	42.498.651	18.583.447	18.583.447
Total Geral		<u>1.504.303.099</u>	<u>554.530.018</u>	<u>553.872.810</u>

Reitera-se que o saldo da Dotação informado acima, neste período, abrange os valores acumulados provenientes dos exercícios de 2007 a 2011.

Josias Sampaio Cavalcante
Diretor - Presidente

Vera Lúcia de Assis Campos
Diretor Adm. Financeiro

Jair Campos Galvão
Diretor de Planejamento

Osiris dos Santos
Diretor de Engenharia

Bento José de Lima
Diretor de Operações

Rosane Marmello Muniz
Contador – CRC-RJ 66967/O-0